



“EU NÃO DOU CONTA DISSO”: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE ALUNAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

“NO LO SÉ”: REPRESENTACIONES SOCIALES DE DOCENTES DE EDUCACIÓN BÁSICA SOBRE ESTUDIANTES TRAVESTITAS Y TRANSEXUALES

“I DON'T KNOW WHAT TO DO WITH IT”: SOCIAL REPRESENTATIONS OF BASIC EDUCATION TEACHERS ABOUT TRANSVESTITE AND TRANSEXUAL STUDENTS

*Luiz Paulo Ribeiro*¹

*Mariana Esteves da Costa*²

RESUMO

Este estudo analisou as representações sociais de professores e professoras da Educação Básica de Belo Horizonte/MG sobre alunas travestis e transexuais. Foram realizadas entrevistas narrativas com seis professores e professoras que tiveram alunas travestis ou transexuais em seu percurso e foi utilizado o método de análise de conteúdo. Os resultados mostram que transexualidade e a travestilidade são representadas como algo “não familiar”, além de serem ancoradas a partir das referências de corpos cisgêneros. Evidencia-se que ainda há um caminho extenso a ser percorrido para a qualidade de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais na escola básica.

PALAVRAS-CHAVE: representações sociais. professores. educação básica. transexualidade.

RESUMEN

Este estudio analizó las representaciones sociales de profesores de Educación Básica en Belo Horizonte/MG sobre estudiantes travestis y transexuales. Se realizaron entrevistas narrativas a seis docentes que tuvieron en su camino alumnos travestis o transexuales y se utilizó el método de análisis de contenido. Los resultados muestran que la transexualidad y la travestismo son representadas como algo “desconocido”, además de

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

² Mestre em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

estar ancladas desde las referencias de los cuerpos cisgénero. Es evidente que aún queda mucho camino por recorrer para la calidad del acceso y permanencia de travestis y transexuales en la escuela básica.

PALABRAS CLAVE: representaciones sociales. maestros. educación básica. transexualidad

ABSTRACT

This paper analyzed the social representations of teachers of Basic Education in Belo Horizonte/MG about transvestite and transsexual students. For data collection, narrative interviews were carried out with six teachers who had transvestite or transsexual students in their path and the content analysis method was used. The results show that transsexuality and transvestility are represented as something “unfamiliar”, in addition to being anchored from the references of cisgender bodies. It is evident that there is still a long way to go for the quality of access and permanence of transvestites and transsexuals in basic school.

KEYWORDS: social representations. teachers. basic education. transsexuality.

Introdução

Partimos de um pressuposto que quando um professor ou professora afirma “não dou conta disso” em relação a uma aluna travesti ou transexual há referência a uma sociedade transfóbica e que não tem formado professores para trabalhar com a diversidade, ou ainda, pode ser um sintoma de uma educação que não tem se configurado realmente para todos, todas e todes. Entendemos também que, pelo caráter prescritivo que possuem, falas como essa podem trazer à tona representações sociais. Assim, neste artigo propomos a *análise das representações sociais de professores e professoras da Educação Básica de Belo Horizonte/MG sobre alunas travestis e transexuais*.

Construímos representações pois temos a necessidade de nos identificar, nos situar fisicamente e intelectualmente, de nos ajustar e conduzir no mundo. Cada sujeito compartilha o mundo com outros sujeitos, seja concordando ou discordando (JODELET, 2001). Uma Representação Social³ é então uma maneira de conhecer o mundo, em uma sociedade que está constantemente em mudança, trazendo conceitos novos, que tendem a recusar aquilo que é tradicional. A Representação Social está em

³ O termo Representação Social quando escrito com iniciais maiúsculas refere-se ao conceito teórico. E quando escrito com iniciais em minúsculo, representação social, refere-se a uma análise.

conexão entre o que é individual e o que é coletivo, porém não necessariamente construídas socialmente em conjunto e, sim, pelo que os grupos sociais produzem para construir a sociedade (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2015).

Representar é um fenômeno humano, é o que nos leva a conceituar e estabelecer conjuntamente os diferentes modos de ver e interpretar a nossa realidade e de estabelecer posições diante dessa. Para Denise Jodelet (2001, p. 4) por meio das diferentes significações “as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão do objeto que representam uma definição específica.” Neste caso, pode-se entender que ‘objeto’ pode ser uma pessoa, coisa, evento material, psíquico ou social, fenômeno natural, ideia e teoria, por meio das diferentes significações (JODELET, 2001).

Por sua vez, consideramos que a escola é um espaço plural: professores, saberes, práticas e alunos a constituem com suas diferenças e desejos, tornando-a um local de ensino, aprendizagem, socialização e subjetivação. O espaço escolar é lugar de formação de sujeitos, por meio das relações sociais que envolvem diferentes discursos, interações e representações em que identidades são construídas. Entretanto, as normas e símbolos presentes nas práticas pedagógicas servem também para homogeneizar e, assim, podem transformar as diferenças em desigualdades. Os múltiplos discursos sobre a sexualidade e a identidade, presentes no ambiente escolar, regulam e padronizam o entendimento que temos sobre essas.

Também consideramos que aprendemos desde cedo a ter comportamentos que são forjados para condizer com o sexo que nos foi atribuído ao nascer, como se esse por si só definisse de que forma nos vemos dentro da sociedade e quais comportamentos devemos ter. Esses ensinamentos são passados de diferentes formas na educação, seja a formal ou a informal. Essa última não somente expressa as distinções de gênero, mas a institui por meio de condutas reproduzidas nesse ambiente. Esse aprendizado de gênero, composto e configurador de representações sociais, atinge em graus diferentes pessoas cisgênero e pessoas transgênero, incidindo diretamente nas formas de violência e aceitação principalmente destes últimos.

Prova disso é a situação da violência contra pessoas trans que segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), 420 pessoas foram mortas no Brasil em 2018 por serem LGBTQI+. Este cenário ainda se complexifica diante do relatório da ONG internacional *Transgender Europe*, que considera o Brasil como o país que mais mata transexuais no

mundo, isso por que, entre os anos de 2008 e 2015, quase 650 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Tais dados mostram que o discurso que interfere de forma direta na garantia dos direitos dessa população está, na maioria das vezes, vinculado a um discurso moral que prega a cisheteronormatividade⁴.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2019), 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda e subsistência, devido à baixa escolaridade provocada pelo processo constante de exclusão escolar e familiar vivenciado por essas pessoas desde muito cedo. Esses dados traduzem a realidade das pessoas travestis e transexuais, no sentido de estarem mais expostas à marginalização e à violência da sociedade. As relações da travestilidade e da transexualidade com a prostituição também nos levam a refletir sobre a violação dos direitos das pessoas travestis e transexuais, tais como a ausência dessas no mercado de trabalho como resultado dos preconceitos vivenciados. A marginalização, a pobreza e a prostituição são colocadas como algo natural à vida das travestis (PERES, 2015) mas isso também precisa ser analisado mais a fundo, principalmente no que diz respeito ao processo de exclusão social estigmatizante.

O que se tem notado, com dificuldade, é que as travestis e mulheres transexuais possuem baixa escolaridade, o que pode resultar na falta de qualificação profissional e o agravamento da estigmatização em razão da sua identidade de gênero. A baixa escolaridade é, na maioria das vezes, justificada pela dificuldade que as travestis encontram para se manterem em um ambiente de fortes experiências de discriminação. Dessa forma a escolarização das mulheres transexuais e travestis, bem como a falta de oportunidades em empregos formais estão ligadas a violências sofridas no ambiente escolar (SOFAL *et al.*, 2019). Uma pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, uma situação que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que ela sofre (CUNHA, 2017). Nesse processo de exclusão, é preciso considerar também as experiências vivenciadas pelas travestis e transexuais junto às suas famílias, uma vez que, muitas vezes, a iniciação à prostituição ocorre após o rompimento dos vínculos familiares (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015 *apud* SOFAL *et al.*, 2019).

Mulheres transexuais e as travestis sofrem violência por sua identidade Trans e ainda por serem mulheres. Isso não significa que homens transexuais não sofram violência ou sofram menos violência, o que seria um equívoco dizer diante dos apontamentos já feitos. Porém cabe ressaltar que as mulheres transexuais e as travestis sofrem também a violência de gênero por serem mulheres e por se identificarem com a identidade feminina, e por isso essa pesquisa trata mais especificadamente das mulheres transexuais e travestis no contexto da educação.

Neste sentido, resgatando o objetivo desta pesquisa, ao pensar nas mulheres transexuais e nas travestis, a partir das Representações Sociais para professores *cishetero* é também representá-las na Educação. E representá-las nesse mundo é fazer refletir sobre o que leva essas sujeitas a serem expulsos da escola ou nem mesmo a ter acesso à Educação. Assim esse trabalho pode contribuir para que professores proporcionem espaços onde as pessoas transexuais e travestis possam se articular e serem ouvidos.

Conceituando e problematizando

Neste caminho é importante entender que Gênero, é algo culturalmente construído e distinto do sexo biológico, é o modo como o indivíduo identifica-se dentro da sociedade. Para Louro (1997), as pessoas possuem identidades plurais, e essas não são necessariamente permanentes, podendo ser contraditórias. A autora afirma ainda que as identidades de gênero são construídas socialmente e historicamente, é por meio dessa construção que se identificam com um determinado gênero. Se as identidades de gênero são construídas socialmente e historicamente, é importante frisar que não há por tanto, uma identidade atrelada a genitália, ou seja, não podemos definir uma identidade a partir da caracterização física de uma genitália.

É fundamental tentar separar a noção de gênero da noção de sexo, afirmando que este segundo não é algo meramente biológico, mas discursivo e cultural. Diante disso, podemos entender que identidade de gênero diz respeito a como a pessoa se identifica, pois, tem relação com a forma como se percebe e caracteriza o próprio corpo. É neste limiar de separação entre gênero e sexo que encontramos as noções de cisgeneridade (identidade Cis) e transgeneridade (identidade Trans).

Barros (2016, p. 62) ao falar sobre as identidades Cis e Trans afirma que “[...] no contexto das identidades de gênero, não são outra coisa senão caixinhas que refletem uma percepção social sobre nossas personalidades e nossos corpos [...]”. Podemos nos identificar com o sexo que nos é atribuído ao nascer ou não, é a partir disso que se faz a distinção em uma pessoa cis e uma pessoa trans.

Ainda com Barros (2016), uma pessoa cis seria basicamente aquela pessoa que se identifica com o sexo que lhe é atribuído ao nascer. Por exemplo, se ao nascer é atribuído a uma criança o sexo feminino por ter nascido com uma vagina visualmente identificável e ao longo da sua vida essa pessoa se percebe e se identifica como mulher, essa é uma pessoa cisgênera ou uma mulher cis.

Embora a palavra cisgênero não apareça nos dicionários impressos no Brasil, o prefixo “cis” tem origem latina e significa “ao mesmo lado” em oposição ao prefixo “trans” que tem significado “do outro lado” (BAGAGLI, 2017). Assim, a palavra cisgênero é utilizada para se referir a pessoas que não são transexuais, cuja identidade de gênero é a mesma atribuída ao sexo na qual a pessoa foi identificada ao nascer. Tal atribuição foi socializada e imposta socialmente, já que a genitália por si só não é capaz de definir comportamentos, posições sociais, diferenças, performances etc.

Para Jesus (2012), cisgênero é “um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero”. A cisgêneridade compulsória, é que coloca a transexualidade como sexualidade dissidente, já que a cisgêneridade é colocada como padrão a ser seguido socialmente. A identidade cisgênera imposta socialmente, como padrão e modelo a ser seguido, chamamos de cisnormatividade, ou seja, é o sistema que coloca os gêneros cis em uma posição privilegiada socialmente e torna tal gênero a norma social, dentro de um processo que impõe aos sujeitos uma identidade de gênero definida pela sua genitália, estabelecendo assim o seu comportamento, performance, lugar social, entre outros. Tal norma não apenas faz parte da construção social da identidade gênero como também é usada para questionar outras identidades de gênero.

A transexualidade e a travestilidade podem ser definidas de uma maneira geral como as identidades de pessoas que não se identificam com o sexo que lhe foi atribuído ao nascer e têm ou não necessidade de mudança e/ou transformação no corpo. E, por isso, divergem completamente de um padrão social imposto de *cisheteronormatividade*. Acreditamos que, como Djamilia Ribeiro (2019) essas devem ser vistas como

identidades para se garantir a esses sujeitos o exercício da cidadania e acesso à direitos. Essas identidades não podem ser patologizadas e nem podem ser entendidas dentro de uma perspectiva fisiobiológica, como aponta Berenice Bento (2017, p. 16): “definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva diferente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária”. Embora a produção que se faz sobre esses corpos perpassa a lógica cis e heterossexual, é necessário compreender o comportamento identitário e sexual a partir de uma ideia que diverge dessa lógica, para não patologizar essas identidades, colocando-as na posição de “anormais” (PERES, 2012).

Contudo, as identidades não podem ser definidas pelos seus comportamentos sexuais, ou pelo conflito sobre a adequação do gênero que lhe foi imposto. Se compreendemos que a transexualidade e a travestilidade são identidades que servem como luta política, portanto estas não são definidoras dos sujeitos que são representados por essas identidades. Desse modo, consideramos que mais importante que pensar a definição de transexualidade e travestilidade, é compreender que essas identidades são divergentes das normas sociais impostas. E, por isso, não nos ocuparemos em trazer as diferentes definições dos termos que foram produzidas ao longo do tempo. Entender a cisheteronormatividade como imposta socialmente é mais relevante, pois é essa que não nos permite compreender as diferentes possibilidades de identidade e sexualidade.

Neste percurso resgatamos a teoria que dá sustentação a este artigo, a partir da qual, conforme Moscovici (2003), nos permite compreender como o senso comum e os saberes populares, que ele nomeia como universo consensual, se tornam significantes para a nossa conduta. Dessa forma, podemos pensar como a *cisheteronormatividade* foi construída socialmente dentro de um senso comum, partilhada pelas instituições, é reificada e perpassa as noções científicas em que estão embasadas as práticas pedagógicas no ambiente escolar.

Assim, compreender as Representações Sociais sobre as identidades de alunas transexuais e travestis em função de suas Representações Sociais diante de professores, nos permite definir aspectos desse grupo na educação. Tomando as regras e normas a respeito da identidade de gênero e da sexualidade como ponto central para se pensar nas violências e estigmatizações sofridas pelas alunas transexuais e travestis.

Percurso Metodológico

Esta pesquisa pode ser considerada qualitativa que, como destaca Alves (1991, p. 54), considera o “pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade de ter contato direto e prolongado com o campo”. A pesquisa qualitativa possibilita o entendimento de fenômenos socialmente construídos em uma dada situação, de forma a compreender as atitudes, valores e representações que compõem esse quadro.

Para coleta de dados utilizamos a entrevista narrativa, que tem se mostrado como um campo profícuo para as pesquisas que utilizam a teoria das Representações Sociais (RIBEIRO; CARVALHO; ANTUNES-ROCHA, 2017). Pois por meio dessa é possível que os relatos sequenciais abordem fatos que possibilitam o entendimento de experiências que o investigado tem com o tema da pesquisa. É o caráter flexível da memória por meio das relações com o outro que “permite aos sujeitos repensarem suas histórias, suas lembranças, refletindo sobre aquilo que os incomoda, pontuando acontecimentos provenientes do seu desejo de que tivesse sido diferente” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2010, p. 92-93).

Foram feitas entrevistas narrativas com professores e professoras da Educação Básica da rede pública de Belo Horizonte que em algum momento de seu percurso profissional tiveram contato com alunas transexuais e travestis (critério de inclusão no estudo). Os entrevistados foram seis professores e professoras, sendo uma professora e um professor de Língua Portuguesa, Rosângela e Igor. Um professor e uma professora de Sociologia, Thales e Liliane. E dois professores de Geografia, Rafael e Diego. Os nomes utilizados na identificação dos professores e professoras citados foram escolhidos pelos próprios entrevistados.

Para selecionar os/as participantes deste estudo optamos pelo método de amostragem em bola de neve. Esta amostragem, consiste em iniciar com participantes com o perfil necessário, nomeados como sementes, esses ao final da entrevista indicarão outros professores ou professoras que lecionaram para alunas transexuais e ou travestis, e assim obteremos novos participantes, que por sua vez ao final da entrevista indicarão outros professores e professoras, dessa forma será possível contatar professores com o perfil necessário para a pesquisa. Tal abordagem permite tirarmos proveito da rede social dos entrevistados, consistindo em um processo contínuo. Segundo Bernard

(2005), essa técnica é um método de amostragem útil para se estudar populações em que não há precisão sobre sua quantidade.

Foram selecionados professores e professoras cisgêneros, pelo fato de termos como ponto de partida um cenário/sociedade cisnormativa, e pensar como essa identidade pensa, sente e age sobre a transexualidade e ou travestilidade. Diante da preocupação de investigar professores e professoras que lecionaram para sujeitos que são constantemente alvo de violência e estigmatização como no caso de transexuais e travestis, é interessante reconhecer a cisheteronormatividade presente nas práticas escolares por meio da memória oral, já que essa como aponta Bosi (2003), permite a ilustração dos acontecimentos diários, sendo essa um importante instrumento da pesquisa qualitativa, já que pode produzir pontos de vista contrários, sem que haja a intenção de se compor uma teoria a partir dela.

QUADRO 01: Perfil dos Entrevistados e Entrevistadas

Professor (a, e)	Idade	Ano de formação	Tempo de docência na Educação Básica	Atuação
Thales	34	2012	6 anos	Ensino Médio
Rafael	39	2005	10 anos	Ensino Médio
Igor	34	2009	6 anos	Ensino Fundamental EJA
Rosangela	50	1985	21 anos	Ensino Médio
Liliane	36	2011	7 anos	Ensino Médio
Diego	29	2016	5 anos	Ensino Médio

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados foram analisados através do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2001), permitindo a construção de três categorias analíticas para compreender as representações sociais de professores e professoras da educação básica de Belo Horizonte sobre alunas travestis e transexuais. As categorias emergiram a partir da verificação de estruturas e características comuns nas narrativas dos professores e professoras entrevistados, tais características foram organizadas considerando processos cognitivos de produção de representações sociais.

Cabe ressaltar que esta trabalho é uma síntese da Dissertação de Mestrado intitulada: “*CIS*” *TEMA DE EDUCAÇÃO E ALUNAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS*:

uma análise das Representações Sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte (COSTA, 2022), desenvolvida no programa de Pós graduação em Educação da FAE/UFMG, a pesquisa teve como objetivo analisar as representações sociais sobre a identidade de mulheres transexuais e travestis para professores e professoras cisgênero da Educação Básica das redes públicas da cidade de Belo Horizonte. A pesquisa foi realizada durante o período pandêmico, e submetida ao comitê de ética em pesquisa da universidade, estando registrada e aprovada na Plataforma Brasil através do número sob o número 42551621.8.0000.5149 e que seguiu os parâmetros do Conselho Nacional de Ética em Saúde para pesquisas mediadas por tecnologias comunicativas em tempos de pandemia. Ainda cabe dizer que todos e todas participantes assinaram e deram ciência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Apresentação e Análise De Dados

A primeira categoria sobre o processo de tornar familiar o não familiar diante de um objeto “novo”. A segunda categoria diz do processo de Ancoragem e Objetivação, processo em que os sujeitos buscam se ancorar naquilo que já conhecem para então materializar o objeto e na Terceira categoria verificamos como os entrevistados se identificam ou não com o objeto.

A transexualidade e a travestilidade como o “não familiar”

Para Moscovici (2003, p. 54) “A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar”. Isso quer dizer que diante de um objeto não convencional precisamos representá-lo de alguma forma e para representá-lo precisamos transferir aquilo que não é convencional para o convencional, transferir o desconhecido por meio do que é conhecido. A transferência acontece, segundo Moscovici (2003), quando colocamos o desconhecido dentro de um contexto que nos é comum para que ele faça sentido.

A necessidade de transformar o não familiar em familiar compreende processos cognitivos para se compreender algo novo. Porém cabe dizer que tais processos estão inseridos em um contexto social que deve ser considerado para a representação de algo

ou alguém. Ainda com Moscovici (2003) a “presença real” de algo até então não conhecido é o que caracteriza a não familiaridade.

O ato de re-presentation é um meio de transferir o que nos perturba, o que ameaça nosso universo, do exterior para o interior, do longínquo para o próximo. A transferência é efetivada pela separação de conceitos e percepções normalmente interligados e pela sua colocação em um contexto onde o incomum se torna comum, onde o desconhecido pode ser incluído em uma categoria conhecida (MOSCOVICI, 2003, p. 56-57).

Partimos do pressuposto que devido a uma formação histórico-social cis-heteronormativa, o objeto central desta dissertação, a transexualidade e travestilidade, pode ser considerado um elemento “novo”. Assim, observamos nas entrevistas como os professores e professoras tentam se acertar com este “novo”, não familiar. Uma das formas de confirmar isso foi na análise das falas dos professores Diego, Igor e Rafael, esses relataram ser necessário um esforço ou intervenção para o uso do nome social pelos discentes:

[...]desde então eu fui fazendo esse esforço, eu percebi alguns colegas também, da profissão, esse esforço de chamar pelo nome, mas sempre muito artesanal no sentido de que nas listas continuavam vindo com o nome da certidão (DIEGO, professor de geografia).

Nessa fala, o professor Diego relata a dificuldade de adaptação da escola e dos professores diante do rompimento da norma que é o registro de um nome socialmente entendido como masculino para a adaptação do uso de um nome socialmente entendido como feminino. Ou seja, chamar uma pessoa que é vista como “homem”, por um nome de “mulher”. Como vimos anteriormente com Louro (1997), ser mulher e ser homem está ligado a um papel socialmente partilhado e imposto. Assim os nomes são colocados seguindo uma lógica binária de gênero, nomes designados para homens e nomes designados para mulheres. A partir do momento em que a necessidade de vincular uma pessoa que socialmente é vista como homem a um nome socialmente designado para mulheres há estranhamento e um contato com aquilo que não é familiar.

Eu fui orientado por uma professora que estava lá a mais tempo sobre esse fato, e aí eu e essa professora nos esforçamos muito para que ela tivesse direito do nome social registrado no diário de classe e que fosse respeitado tanto pela escola, quanto pelos colegas, porque

muitos deles conheceram tanto Ágata, quanto uma Sofia ainda muito novinhas e se recusavam a chamá-las pelo nome social (IGOR, professor de língua Portuguesa).

Aqui podemos perceber a recusa de outros professores e professoras a chamar pelo nome social, demonstrando que o estranhamento parte do contato com o novo, já que como dito pelo professor, a maioria dos professores havia conhecido as alunas pelo nome de registro e dessa forma se recusavam a chamá-las pelo nome social, não aceitando as mudanças que esse representa. Entendemos que o contato com aquilo que não é familiar também provoca tensões a pessoas e grupos (MOSCOVICI, 2003) foi observado que tais tensões eram passíveis de intervenções:

[...] antes de iniciar o ano, nós tivemos uma reunião pedagógica, e isso foi tratado na reunião pedagógica pelo coordenador(..) ele explicou para nós que nós tínhamos uma aluna trans, declaradamente trans, é que havia um problema burocrático com o nome, porque que ela preferia ser chamada de Sky. Inclusive ele nos orientou “olha, nós vamos chamá-la pelo nome que ela prefere ser chamada, mas o nome na chamada, nos instrumentos ainda era Rafael por questões burocráticas (RAFAEL, professor de geografia).

Já neste trecho, há o relato da necessidade de intervir e alertar aos professores e professoras sobre o uso do nome social, entendemos que a necessidade de intervenção seria por compreender o grupo de professores e professoras poderia não estar preparado para receber e chamar a aluna pelo nome social. Tal situação pode se dar justamente por que diante de um novo objeto, que foge à regra cisnormativa presente nos documentos e sistemas de identificação, os professores e professoras poderiam ter dificuldade no uso do nome social, sendo ainda tensionada por questões burocráticas.

Em situações de tensão, como essa, o sujeito é impulsionado a mobilizar suas Representações Sociais afetivamente e cognitivamente, tal mobilização podem acontecer de forma abrupta, progressiva ou lenta, e pode ainda não acontecer, isso vai depender da intensidade das informações, da tensão expressa e do contexto em que foi colocada (RIBEIRO, 2016).

No caso acima citado embora a presença de alunas Transexuais mobilize os professores e professoras a chamarem pelo nome feminino, a norma do “cistema” dificulta a apreensão do fenômeno representativo. Moscovici (1978) denomina esse momento como “pressão à inferência”, ou seja, o sujeito é impulsionado a tomar uma posição por meio das suas atitudes que são compartilhadas em grupo. No caso acima

citado a coordenação da escola “pressiona” os professores e professoras ao uso do nome social da aluna. Sobre isso Moscovici (2003) nos diz: “as influências sociais irão encorajar as pessoas a ceder, diante dos hábitos, ou afasta-se do mundo externo, de tal modo que sucumbam aos enganos ou à satisfação de uma necessidade imaginada” (MOSCOVIVI, 2003, p.169).

A professora Rosângela nos relata sobre uma aluna que solicitou aos professores e professoras que a chamassem pelo nome social, a aluna não fez o pedido de maneira formal, e sim de maneira pessoal para cada professor. Segundo a entrevistada, alguns professores se recusavam a chamá-la pelo nome social: “eu tive relatos de outros professores que não aceitaram. Falaram: “não seu nome é esse que tá aqui é isso que eu vou falar!” (ROSANGELA, professora de Língua Portuguesa).

Um relato semelhante é do professor Diego ao contar sobre uma aluna que o procurou para pedir que usasse o nome social:

Mas então ela procurou no final de uma aula e pelo que eu entendi ela já vinha fazendo isso com cada professor para dizer como ela gostaria de ser chamada pelo nome dela que é Elisa. Então ela se apresentou falou que gostaria de ser chamada, pelo nome dela mas não colocou como uma imposição, ela só falou que gostaria de ser assim mas ela relatou que alguns professores não encararam muito bem, “mas se for possível” se colocou assim, “se for possível” eu gostaria de ser chamada por esse nome” (DIEGO, professor de geografia).

Em ambos os casos temos relatos de outros profissionais que se recusaram a chamar a aluna pelo seu nome social. Essa recusa explicita uma das violências que as pessoas Transexuais e Travestis passam no ambiente escolar, dentro de um processo chamado por Bento (2011) de “expulsão” dessas pessoas da escola, quando não se tem os direitos mínimos respeitados. O professor Igor também nos relata da “dificuldade dos funcionários da secretaria, no sentido de aceitar o nome social dessas alunas, sobretudo porque eram menor de idade” (IGOR, professor de língua portuguesa)

O nome social, aqui entendido como elemento novo, diante de uma estrutura que entende gênero por meio de características fisiobiológicas e lhe sujeita ao processo legal baseado em normas cisgêneras. Conforme Apontado por Bento (2011) esses corpos que a sociedade não reconhece pelas normas culturais estabelecidas não são pensados como sujeitos, sendo assim negado a eles a expressão de suas identidades pelo uso do nome

social, já que esse não está familiarizado por aquilo que estabelecemos como norma que é o uso do nome de registro.

Cabe dizer ainda que o uso do nome social, é um direito recente de transexuais e das travestis. Em 2015 uma resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNDC/LGBT) estabeleceu parâmetros para acesso e permanência de pessoas trans em diferentes espaços sociais, entre eles o direito ao uso do nome social nas redes de ensino. Em 2017 o Conselho Nacional de Educação aprovou o uso do nome social nos registros escolares da Educação Básica no Brasil e em 2018, foi homologado pelo MEC (CNE, 2017).

A aprovação de atos normativos relacionados ao uso do nome social nos espaços escolares se mostra como ferramenta importante na garantia dos direitos da população trans e no combate ao preconceito a expulsão dessas pessoas da escola. A dificuldade em usar o nome social, mostra a negação de um direito básico, de existir formalmente dentro de um espaço.

Esses resultados indicam que embora a professora não tenha modificado suas práticas pedagógicas, a experiência de contato com um objeto questiona as práticas pois mesmo que os sujeitos não modifiquem suas práticas e não alterem sua ideia de educação após terem contato com o novo objeto, precisam se movimentar para manter suas práticas.

Um ponto importante é a menção que a professora faz de não ter tido formação para trabalhar as questões sobre identidade de gênero e sexualidade, a mesma diz que não considera importante essa formação. Podemos relacionar a ausência desse conhecimento durante a formação, com a própria ideia de educação da professora e com isso a forma que a mesma constrói Representações Sociais sobre a identidade transexual, pois a falta de conhecimento e formação no tema são elementos centrais para a aproximação e ou distanciamento com relação ao objeto (MOSCOVICI, 2003).

O corpo cisgênero como forma de ancoragem e objetivação da transexualidade e travestilidade

O processo de ancoragem consiste em classificar e ou nomear alguma coisa que até então não era classificada, que não era conhecida, ao fazer isso, tornar o “não

familiar” em familiar, faz-se a ancoragem, rotulamos o desconhecido, objeto ou pessoa, em uma determinada categoria. “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, 2003, p. 63).

Moscovici (2003) observou que quando classificamos algum objeto ou pessoa fazemos isso com base naquilo que conhecemos, “sempre nos perguntamos se o objeto comparado é normal, ou anormal, em relação a ele e tentamos responder à questão “é ele como deve ser, ou não?” (MOSCOVICI, 2003, p. 66).

Ao classificar e nomear algo e ou pessoa, o materializamos e assim conseguimos localizá-lo socialmente. Mas ao nomeá-los conseqüentemente passamos a descrevê-los com determinadas características, a pessoa ou coisa se distingue de outras pessoas ou coisa por conta dessas características, a pessoa ou coisa tornam-se objeto de uma convenção socialmente partilhada (MOSCOVICI, 2003).

A objetivação é o processo em que a tornamos real aquilo que antes era apenas uma ideia para nós mesmos, ao partilharmos essa ideia com outras pessoas tornamos real aquilo que pensamos a partir dos processos de ancoragem

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros) tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer a coisas conhecidas a partir do que já conhecido (MOSCOVICI, 2003, p. 78).

Nesta pesquisa entendemos que os sujeitos pesquisados se ancoram na cisnormatividade, conforme vimos com Rossi (2016) a cisgeneridade é imposta como padrão a ser seguido compulsoriamente, assim, para perceber as pessoas Transexuais e travestis, representamos essas pessoas a partir daquilo que conhecemos e partilhamos. Ou seja, se estamos em uma sociedade cisnormativa, vamos representar os sujeitos trans a partir desse olhar cisnormativo. Assim o próprio conceito de transexualidade e travestilidade é por si uma representação, se pensarmos que a definição dessas identidades é pensada a partir do que a cisgeneridade concebe.

Numa sociedade em que temos a cisgeneridade como norma social, sendo a transexualidade e a travestilidade o rompimento dessa norma (PERES, 2012) um corpo que diverge desse padrão não é reconhecido, justamente por não possuir inscrições de

gênero construídas socialmente (BENTO, 2011), se aprendemos desde cedo que quem nasce com pênis pertence ao gênero masculino e quem nasce com vagina pertence ao gênero feminino, ao depararmos com pessoas que não se identificavam dessa forma a representamos como Transgêneros, pessoas que não identificam sua identidade com o genital que lhes foi atribuído, tal representação veio da transferência de pegar o desconhecido (transgeneridade) e colocá-la em um contexto comum (cisgeneridade).

A professora Liliana ao narrar o seguinte trecho “Larissa se colocava como uma mulher mesmo e o tratamento pelo menos que eu dava para ela era nesses termos” (LILIANA, professora de sociologia). O termo “como uma mulher mesmo” remete a ideia da necessidade da aluna de se impor como mulher, já que embora ela afirmasse sua identidade como mulher, a norma cisgênera que nos é imposta, a coloca no lugar de uma “mulher artificial” como algo que não é natural. Tal colocação está ancorada na ideia que temos sobre a identidade de gênero estar ligada a genitália, sendo assim uma pessoa que possui um pênis não pode ser reconhecida naturalmente como mulher, tendo a necessidade de imposição e afirmação da sua identidade de gênero.

A definição genérica do corpo, que só reconhece como humano um corpo inscrito culturalmente naquilo que reconhecemos como feminino e masculino (BENTO, 2011) não nos permite reconhecer um corpo que diverge disso, diante do novo nos desestabilizamos:

Uma aluna que ela continuava a se identificar no feminino, porém a identidade dela era uma identidade masculina, ela era homoafetiva, falava da companheira dela e tudo mais, a identidade visual dela era uma identidade masculina em relação ao corte de cabelo, ao caimento das roupas, e tudo mais, mas ela não apresenta nenhuma identidade masculina, não se apresenta com o nome social por exemplo” (LILIANA, professora de sociologia).

Nesse trecho da fala da professora Liliana podemos observar como a professora se ancora em inscrições culturais sobre o gênero para a compreensão da performance de alunos e alunas, e consegue ainda estabelecer que essas não são determinantes para a identidade de gênero (feminino/masculino). Socialmente temos aparatos designados ao gênero feminino e masculino, tal como roupa e corte de cabelo, a partir disso temos uma percepção sobre o que é ter uma identidade masculina e uma identidade feminina. A ideia sobre o que é ser mulher, e que para isso é preciso apresentar características que

estabelecemos socialmente como femininas, faz com que no processo de ancoragem e objetivação classificamos e nomeamos as pessoas para a localizarmos socialmente.

Na escola a cisheteronormatividade está presente no currículo, classificando, hierarquizando, produzindo e reproduzindo parâmetros da heteronormatividade. O ambiente escolar é visto, na maioria das vezes, como um lugar de censura, ignorância e medo, que naturaliza e legitima a lógica de sexo, gênero e sexualidade centrada na cisgeneridade e heterossexualidade (LOURO, 1997).

O professor Igor ao falar sobre uma aluna transexual narra: “Quando eu a conheci, nem mesmo desconfiei que ela era ela transgênero, porque ela é muito feminina, é uma menina muito bonita, muito vaidosa, então somente quando os colegas e professores contaram e que eu pude perceber” (IGOR, professor de língua portuguesa). Por um processo de objetivação ao se deparar com uma pessoa que atende aos requisitos observáveis mínimos de uma mulher, essa não lhe causa estranhamento colocando assim essa como uma pessoa cis.

Em conformidade com a pesquisa de MORERA (2016) a dificuldade de sair do discurso “genitalizado” sobre o corpo, são os que nos permitem compreender a violência e discriminação na qual as mulheres transexuais estão submetidas dentro e fora da escola. A cisnormatividade imposta instaura inscrições coletivas sobre o que se espera de um corpo de uma mulher ou do corpo de um homem.

Pode se entender que os indivíduos que estão inseridos no seio de determinada cultura que estabelece inscrições sociais para distinguir corpos, bem como a articulação entre o corpo biológico com o corpo social evoca as representações do corpo como elemento central para a divisão de gênero. Estas questões, abordadas a partir dos conceitos de Representações Sociais ajudam a compreender como ocorrem os processos que desencadeiam as maneiras como identificamos determinados grupos e determinadas pessoas.

Com tudo que foi colocado, como respeitar e superar a violência se o esquema representacional de referência é justamente aquele que oprime pré-julga os sujeitos? Como superar as ancoragens em modelos cisgêneros e binários? Talvez o caminho para a resposta desse questionamento esteja em um ponto que foi crucial para o desenvolvimento dessa pesquisa, que é o questionamento a cisgeneridade e o entendimento dessa como uma construção social a ser rompida. Ao pensarmos na ideia de que as identidades de gênero são, entre outras coisas, construções socialmente

partilhadas, podemos pensar que a desconstrução desse modelo cisgênero e binário são fundamentais para a não opressão de sujeitos transexuais e travestis. Compreender que não existe um modelo de identidade de gênero pré-definido a ser seguido, nos leva a pensar que na possibilidade de que no processo de Representações Sociais, ao invés de ancorar em modelos cisgêneros e binários estar ancorados na ideia de que identidade como produção humana a ser pensada e repensada

Componentes identitários que atravessam as Representações Sociais

Como vimos, ao classificar algo damos também nome e o localizamos mentalmente e socialmente, “ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador” (MOSCOVICI, 2003, p. 66) e assim trazemos algo que antes era desconhecido para a “matriz da identidade de nossa cultura” (MOSCOVICI, 2003, p. 66).

As Representações Sociais regem a nossa interpretação pessoal e coletiva sobre o mundo, nos torna pertencentes ou não-pertencentes a grupos e espaços como afirma Jodelet:

Como fenômenos cognitivos, associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que aí estão ligados. Por esta razão, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a aproximação da vida mental individual e coletiva. Deste ponto de vista, as Representações Sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. (JODELET, 2001, p. 5).

As identidades culturais são representadas, também, de forma coletiva, a exemplo disso temos os movimentos LGBTIA+ que integra diferentes identidades e orientações sexuais em um grupo único. A partir das entrevistas podemos perceber que os professores que se declararam homossexuais/gays tinham uma percepção diferenciadas sobre suas alunas transexuais, pois embora estavam cientes de que essas identidades apresentam especificações, tais como sofrem mais violência e discriminação, se sentiam pertencentes ao mesmo grupo.

Os professor Thales e Diego ao falarem sobre si durante as entrevistas pontuaram a fato de serem gays, e ao falarem sobre sua relação com as alunas transexuais se colocaram de forma a compartilharem com essas uma identidade coletiva:

Eu vou te falar que hoje eu olho para sala, e quando eu vejo que tem uma pessoa Trans eu me sinto muito feliz, de saber que aula vai ser muito mais interessante, de saber que eu vou me sentir muito mais à vontade também, tem uma pessoa aliada ali na escola junto comigo (THALES, professor de Sociologia).

Por exemplo eu, eu sou um professor sou gay, e eu estou ali na letra “G” (DIEGO, professor de Geografia)

Nessas duas falas podemos perceber que os professores se colocam dentro de uma identidade coletiva que está mais próxima das alunas transexuais. Esta questão, abordada a partir dos conceitos de Representações Sociais ajuda a compreender como ocorrem os processos que desencadeiam as maneiras como nos identificamos com determinados grupos e com determinados produtos. Estas identificações são essenciais para que se criem sentimentos de pertencimento, sejam em relação a grupos sociais, ou em relação a estilos de vida, classes sociais e gênero. A integração social, além do senso de pertencimento, também se revela como um espaço de reconhecimento do ‘novo’ como algo pertencente, igual.

O movimento LGBTIA+, em suas fragmentações, possui uma postura de afirmação de identidades, desnaturalizando o gênero e as orientações sexuais, mas essencializando as identidades. Dentro do grupo LGBTIA+, pode-se subdividi-lo em subgrupos segundo diferentes critérios como, por exemplo, orientação sexual, identidade de gênero e auto apresentação. E, fazendo um recorte mais específico, pode-se subdividir o grupo de homossexuais, por exemplo, em vários outros grupos, categorizando algumas características que constituem suas identidades grupais. Sobre as subdivisões, são construídas Representações Sociais internas e externas ao grupo.

Estas identificações são essenciais para que se criem sentimentos de pertencimento, sejam em relação a grupos sociais, ou em relação a estilos de vida, classes sociais e gênero. Porém, não se pode deixar de considerar as influências que causamos nesses grupos e, em contrapartida, as influências que os grupos causam em nós. Conforme apontado pelo professor:

Apesar de ser gay, a gente tem uma cultura muito transfóbica [...]Porque tem coisas ali que eu não dou conta, muita coisa que eu não dou conta, e elas falavam “você são cis você não vão dar conta disso” e a gente falava “nós não vamos dar conta, eu não dou conta disso” (THALES, professor de sociologia).

Nessa fala o professor Thales aponta que ele compreende que ele embora seja gay, é uma pessoa cis, e por isso não vive e compartilha das mesmas experiências e vivências sociais de pessoas Trans. Como exemplo dessa relação do indivíduo com o grupo, Jodelet (1989) diz que:

Assim, duas representações, uma moral e outra biológica, constroem-se para acolher um elemento novo — e veremos que se trata de uma função cognitiva importante da representação social. Estas se instalam sobre valores variáveis segundo os grupos sociais dos quais retiram suas significações, bem como sobre os saberes anteriores reativados por uma situação social particular — e veremos que se trata de um processo central na elaboração representativa. São ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, bem como à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva do indivíduo”. (JODELET,1989, p. 4).

As subdivisões que encontramos dentro da categoria LGBTIA+⁴, permitem a separação de grupos que se distinguem e são representados de diferentes maneiras pela sociedade, como no caso de pessoas cisgêneras e pessoas transexuais. Cabe ressaltar que mesmo fazendo parte da comunidade LGBTIA+ não exclui os sujeitos pertencentes e não os isola de um mundo que partilha a cisheteronormatividade, ou seja, muitos ainda acabam reproduzindo as Representações Sociais e a violência contra pessoas Trans.

Concebe-se, portanto, que a representação social em ambos os casos acima apresentados preenche algumas funções de manutenção da identidade social e de equilíbrio sócio cognitivo, os quais se encontram ligados. Conforme apontado por Jodelet (2001, p. 8) as Representações Sociais devem ser estudadas a partir da “articulação elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm.

Assim podemos dizer que as professores entrevistados que se apresentaram como gays, compartilham um lugar comum de representação em relação as suas alunas

⁴ Aqui a escolha de utilizar a sigla LGBTIA+ ao invés de LGBTQIA+, pois a letra “Q” de *Queer*, não representa uma identidade, e sim uma teoria.

transexuais, se colocando em um mesmo grupo que essas, embora também compreendam as diferenças sociais entre eles. Podemos entender que este lugar comum pode estar ligado às experiências afetivas e inserções grupais vivenciadas por eles. O que não ocorreu com os demais professores entrevistados que não apontaram sua orientação sexual em nenhum momento da entrevista. Os professores que não se declararam gays ou lésbicas não foi identificado em suas falas, qualquer menção ao fato de partilharem de alguma forma sentimentos para com o grupo.

Considerações Finais

Algumas questões iniciais mobilizaram esta pesquisa: como as identidades travestis e de mulheres transexuais são pensadas, sentidas e invocam ações de professores e professoras cisgêneros? E, ainda, como a presença de pessoas travestis e transexuais repercutem nas práticas de professores cisgêneros em sala de aula? Nossa hipótese inicial era de que a transexualidade e travestilidade, entendidas como minorias sociais, podem exercer influência sobre as majorias hegemônicas (cis). Durante a pesquisa, pudemos perceber que essa hipótese se confirmava, uma vez que dos seis professores e professoras entrevistados, apenas um deles modificou suas práticas pedagógicas a partir do seu contato com alunas transexuais.

Analisar as formas de pensar, sentir e agir de professores e professoras da Educação Básica, exigiu nos compreender a construção das representações sociais de cada um desses professores e professoras. No entanto, foi possível perceber diferentes percursos na construção dessas representações, não sendo a concepção de educação de cada professor ou professora definidores das suas modificações em suas práticas pedagógicas. Isso porque os elementos prévios de manutenção das representações sociais, a cisgeneridade como norma, são elementos fortes, que dificultam a movimentação das representações mesmo após o contato com as alunas transexuais.

A análise das entrevistas permitiu a organização de categorias de construção das representações sociais. Para compreender como os professores e professoras sentem, pensam e agem a transexualidade e travestilidade, a divisão das categorias permitiu a que caracterizássemos três grupos a partir do movimento em relação a suas concepções de educação e suas práticas pedagógicas.

Algumas vezes, nas entrevistas feitas, notamos que a identidade das alunas não são sentidas por esses professores e professoras como vivências possíveis de serem incorporadas dentro dos conteúdos de suas disciplinas, já que esses não modificaram suas práticas. Problematicamos que tratar todos os alunos e alunas como iguais deveria dizer do acesso a direitos e não às vivências desses. Como podemos trabalhar com conteúdo e materiais em que apenas pessoas brancas são representadas se vivemos em sociedade onde boa parte da população é negra? Como podemos trabalhar com uma linguagem elitista com alunos que não a compreendem? E da mesma forma como trabalhar com conteúdo e materiais que apenas representam a norma cisgênera se a pessoas transexuais e travestis dentro da escola? Quando se considera alunos e alunas como iguais socialmente, deixando de considerar raça, classe, identidade, sexualidade, gênero, entre outros fatores que geram desigualdades, está sendo considerado apenas a maioria hegemônica já representa dentro da escola. Há dessa forma a manutenção do sistema educacional cisheteronormativo. Contudo, a manutenção das práticas desses entrevistados e entrevistadas não impede a compreensão de que, no contato com alunas transexuais, foram construídas novas referências que ainda podem estar em processo de compreensão e não foram identificadas nas entrevistas.

Acreditamos que cabe à escola de forma geral, levar em consideração as vivências dos alunos, é algo que deve acontecer não somente a alunas transexuais e travestis, mas a todos aqueles alunos e alunas que passam por processos excludentes na sociedade. A luta pelo direito à educação perpassa outros grupos identitários, de classe, raça, etc. As narrativas dos professores e professoras entrevistados trouxeram novos dados para o entendimento da mediação das identidades de mulheres transexuais e travestis com o ambiente escolar, e também a possibilidade de pensar novos caminhos para a não expulsão desses corpos da escola. Ao longo das entrevistas e das análises as questões relacionadas à cisheteronormatividade, reconhecimento das identidades, preconceitos e desafios enfrentados por esses corpos dissidentes foram visíveis.

Percebemos que as alunas transexuais e travestis enfrentam dificuldades em serem consideradas dentro do ambiente escolar, isso porque tornar esses corpos compatíveis às normas cisgêneras aparece como um ponto crucial para o reconhecimento dessas alunas como sujeitos dentro de uma sociedade cisnormativa. Os direitos civis básicos ainda são um ponto que carece de respeito e cumprimento, se entendemos aqui o respeito como manutenção dos direitos de alunas transexuais e

travestis. Segundo o ECA – Estatuto da criança e adolescente as relações humanas devem ser desenvolvidas tendo como princípio o respeito. Contudo, desconsiderar a identidade e alunas e ou omitir temas é uma forma de apagamento dessas identidades e fere o direito dessas de serem reconhecidas e representadas no contexto escolar.

Este estudo encontrou dificuldades na seleção dos seus sujeitos por ainda ser difícil a problematização das especificidades e a visualização da presença de pessoas-alunos(as, es) não cisnormativos na escola. Isso dificultou a identificação de professores e professoras que já se declararam como tendo experiência com a população travesti ou transexual em sala de aula. Há a necessidade de se debruçar sobre isso, por que as pessoas travestis e transexuais estão no ambiente escolar – ou deveriam estar – e nem sequer tem sido notadas/respeitadas no seu direito à educação.

Assim, mesmo que existam leis e políticas educacionais, tais como o uso do nome social e a possibilidade da discussão dos temas relacionados a identidade de gênero e sexualidade dentro dos currículos escolares, o não cumprimento desses direitos e a omissão dessas questões no ambiente escolar repercutem diretamente na dificuldade dessas sujeitas em se manter na formalização da educação.

Referências

ALVES, Alda Judith. **O planejamento de Pesquisas qualitativas em educação**. UFRJ, 1991.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>.

ARAÚJO, Paula da Silva de. **Representações Sociais da Pessoa Transexual Entre Estudantes de Psicologia** 11/09/2018 52 f. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: UFRRJ, 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4947>

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas**. Macapá: Letras Escreve, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 2001. 226 p.

BARROS, Mateus Oliveira. O que são Cisgeneridade e Transgeneridade? In: **Gênero, Sexualidade e Direito uma Introdução**. Organização: RAMOS, Marcelo Maciel;

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha. Belo Horizonte: Initia Via, 2016.

BENTO, Berenice. **Tranviad@s**: gênero, sexualidade e direitos Humanos. Conferência no Encontro Regional de Género y Derechos Humano, 2011. San José, Costa Rica

BENTO, Berenice. **Heterossexualidade e poder**. In: BENTO, Berenice. 2017. **Tranviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 329 p.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

CUNHA, **Thaís**. **Não há vagas...para trans**. Correio Braziliense. 2017. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>. Acesso em ago. 2021.

COSTA, Mariana Esteves da. **“Cis”tema de educação e alunas travestis e transexuais**: uma análise das Representações Sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

DIAS, Robson Batista. **Identidade de gênero trans e contemporaneidade**: Representações Sociais nos processos de formação e educação ' 11/12/2015 135 f. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMS_19d0696e215d99eada54c90b97f125e7

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. 42p.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JODELET, Denise. **Représentations sociales: un domaine en expansion**. In: JODELET, D. (Or.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ Faculdade de Educação, dez. 1993

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pósestruturalista. Petrópolis - Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1997.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca. **Histórias de vida e Representações Sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre pessoas transexuais do Brasil, Canadá e Costa Rica** 07/07/2016 351 f. Doutorado em Enfermagem Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: UF, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169225>

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: uma investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Ester Mascarenhas. **Laços e embaraços do cotidiano: Representações Sociais de enfermeiras sobre as travestis**. Mestrado em Enfermagem e Saúde Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária de Saúde da UFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21081>

PERES, Wiliam Siqueira. **Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2015.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, maio-agosto, 2012, p.539-547

RIBEIRO, Luiz Paulo; CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva. ; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel . Representações sociais em movimento: uma análise de duas pesquisas no âmbito da Educação do Campo da FaE-UFMG. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, p. 343-366, 2017. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/3627>

RIBEIRO, Luiz Paulo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **História, abordagens, métodos e perspectivas da Teoria das Representações Sociais**. Belo Horizonte. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tBwnmwY3ddhmz47kFtXHLPw/?format=pdf&lang=pt>

RIBEIRO, Luiz Paulo. **Representações Sociais de educandos do curso de licenciatura em Educação do Campo sobre violência**. 235 f. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós -Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, FaE/UFMG,2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019. 112 p. (Feminismos Plurais).

SOFAL, A. M. S; OLIVEIRA, M. M; RODRIGUES, P. H. M; SILVA, T. A. C. S; RIBEIRO, L. P. **Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: Ser “T” e “Estar Prostituta”**. Serv. Soc. Rev., Londrina, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28088>

Recebido em julho de 2022

Aprovado em dezembro de 2022.